

SACCOMANI, Maria Cláudia da Silva. *A criatividade na arte e na educação escolar*. Uma contribuição à pedagogia histórico-crítica à luz de Georg Lukács e Lev Vigotski. Campinas-SP: Autores Associados, 2016.

Por Fátima Cabral¹

Não há futuro para o Brasil sem educação, dizem os especialistas, os pais e o cidadão comum. Mas, qual educação? O livro de Maria Cláudia da Silva Saccomani nos oferece uma excelente oportunidade para esse debate, num nível de exposição e argumentação teórico-crítica poucas vezes encontrada num trabalho de mestrado, o qual deu origem à publicação.

Com vistas a “analisar as relações entre a transmissão da cultura acumulada e o desenvolvimento da criatividade na arte e na educação escolar à luz da perspectiva materialista histórico-crítica, em contraposição às concepções que naturalizam o desenvolvimento do psiquismo humano...” (p.3-4), a autora mobiliza diversos conceitos de Georg Lukács e Lev Vigotski, articulando-os com estudos de pensadores como Demerval Saviani e Newton Duarte, orientador do trabalho, e de sua própria experiência. Atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar na Unesp de Araraquara, Saccomani é professora da educação básica I na rede municipal de Jundiaí-SP e já trabalhou na Secretaria Municipal de Educação de Limeira, atuando na chefia do Setor de Educação Infantil, coordenando a formação continuada dos professores de educação infantil da rede municipal. Sua pesquisa, como se depreende da leitura do livro, é fruto de seu fazer pedagógico, de sua experiência e vivência em meio ao ensino público. A coerência metodológica e o rigor conceitual com que aborda as questões relacionadas ao seu tema central – a criatividade na arte e na educação escolar – são já ressaltadas no Prefácio por Lígia Márcia Martins e vão se confirmando a medida em que nos deixamos levar por sua narrativa que, a despeito da densidade teórica, flui de maneira absorvente.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.12.p181>

¹ Docente e pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP.

Num primeiro momento (capítulo I) a autora expõe e se contrapõe às pedagogias do “aprender a aprender”, discutindo conceitualmente e ideologicamente os limites de tal perspectiva teórica para a formação do psiquismo e da subjetividade humana. Conceitualmente, a crítica aponta para o irracionalismo pós-moderno vigente, que entende que “a criatividade é da ordem do espontâneo e do individual” (p.15). Ideologicamente, mostra a autora, o lema “aprender a aprender”, símbolo de práticas inovadoras e progressistas, revela franca articulação junto ao ideário neoliberal e, portanto, à sociedade regida pelo mercado, o que faz da escola – e do professor – instrumentos de validação da ordem existente e apenas necessários para a reprodução desses mesmos valores no plano das consciências. Nesse sentido, no lugar da autonomia e da criatividade, impõe-se uma padronização e um rebaixamento cultural que resultam num saber instrumental, numa concepção de sociedade e de mundo aberta aos valores do capitalismo contemporâneo. Num tempo em que se discute a “reorganização” da escola pública e “a escola que queremos”, é crucial que se entenda muito bem os vícios escondidos por traz de slogans aparentemente tão libertários se não quisermos sucumbir de vez a políticas sem nenhum compromisso com a formação e o desenvolvimento das personalidades humanas. E para o desnudamento de alguns desses vícios, o livro de Saccomani é de fundamental interesse, pois não apenas desconstrói, por meio de uma apreensão histórico-dialética, o caráter falacioso do “aprender a aprender”; de maneira ativa, apresenta a defesa de uma pedagogia verdadeiramente emancipadora, e situa a escola e o professor como mediadores imprescindivelmente necessários para uma real socialização do saber acumulado.

Trata-se, em primeira instância, de uma defesa e afirmação do ato de ensinar, em contraposição a ideários – construtivistas – que negam tal ato em nome da livre criatividade e espontaneidade dos indivíduos. Ao explicitar desde o início seu posicionamento marxista, a autora assume uma leitura ideológica de mundo contrária às inúmeras formas de mistificação do presente, em particular àquelas que servem à manutenção da ordem capitalista. Essa radicalidade pode ser identificada ao longo de todo seu texto, que em nenhum momento faz concessões para uma leitura alheia ao projeto de emancipação humana. Não é à toa, portanto, que o primeiro capítulo, justamente o lugar reservado à contraposição da autora às pedagogias do “aprender a aprender”, ocupa, em relação a outras discussões no livro, um espaço mais reduzido em termos de páginas: 29, em contraposição a 104 páginas destinadas a discutir “o desenvolvimento histórico-social

da criatividade”. Nessas 104 páginas está o núcleo dos argumentos teóricos-crítico da autora, que se vale particularmente das concepções de Georg Lukács e de Lev Vigotski para conduzir o leitor por meio de uma linha de argumentação que não é eficiente apenas do ponto de vista epistemológico. Aqui nos defrontamos com a experiência da pesquisadora rigorosa e, ao mesmo tempo, da professora e educadora que metodologicamente é capaz de articular os fios de sua argumentação de modo a construir uma apreensão da totalidade dos diferentes momentos da realidade social na qual seu problema está situado. Não por acaso, esse seu segundo capítulo inicia-se com a discussão sobre o papel do trabalho na gênese da criatividade, para daí alcançar outros desdobramentos necessários à construção de seu objeto: reprodução e criação, imaginação e criatividade, pensamento empírico e pensamento teórico, a criatividade na arte, mimese e realismo, cotidiano e catarse, conceitos com os quais a autora vai estruturando uma argumentação coerente, que jamais se desprende da realidade objetiva e desafiadora do processo ensino/aprendizagem.

Em que consiste essa argumentação? Ao desconstruir – e negar – a ideia hegemônica presente no ideário do “aprender a aprender”, de que a liberdade é um pré-requisito para a criatividade, isto é, a ideia de que “a criança deve agir livremente para ser criativa, entendendo-se a ação livre como sinônimo de ação espontânea” (p.41), a autora sustenta que “o ensino deve levar à superação das formas elementares de espontaneidade” (p.42). Tal afirmação permeia toda a obra, opondo-se assim a qualquer naturalização da consciência humana e da criatividade para mostrar que o desafio da educação é, justamente, a superação do pensamento empírico, imediato, espontâneo, em direção ao pensamento teórico, mediado. Se do ponto de vista histórico-social a criatividade não é um atributo natural, ou seja, “a criança não é imaginativa por excelência”, é papel da escola – e do professor – criar na vida dos indivíduos a necessidade de formas mais complexas de autodomínio e de apropriação da cultura.

Embasada no materialismo histórico a autora entende a criatividade como atributo exclusivamente humano, portanto, indissociável da condição básica fundamental da vida humana que é o trabalho. E se a gênese da criatividade é nesse sentido cultural, não natural, é preciso uma intervenção para que as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos se realizem no contato com as objetivações historicamente acumuladas e transmitidas. Como diz Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, o desenvolvimento dos cinco sentidos é obra de toda a história da humanidade, não fruto

de um momento único e espontâneo na experiência de cada indivíduo. Desse modo, apenas se apropriando ativamente do acumulado pelas gerações é que se pode, de acordo com as circunstâncias, desenvolver a individualidade e, com ela, a criatividade. Nesse processo também está pressuposta a necessidade da reprodução do já existente. O que não significa dizer que não haja criação, antes, não é possível criar sem se apropriar e reproduzir o já existente. Nesse aspecto o texto de Saccomani, reportando-se a Leontiev, é também insistentemente claro: “no cenário pedagógico, a palavra *reprodução* virou sinônimo de um ato acrítico e passivo. Entretanto essa visão não compreende que o próprio conhecimento carrega em si atividade acumulada, que, ao ser apropriada pelos sujeitos, passa a ser ‘os órgãos da sua individualidade’.” (p.59)

Ao longo de todo o livro a autora regularmente revisita os equívocos difundidos pela pedagogia liberal hegemônica, que toma a realidade como limites para a criatividade: “Há uma generalizada e falsa ideia de que o indivíduo altamente criativo se refugia no mundo das ideias e se esquia da realidade. E, desse modo, ensinar o conhecimento já existente e buscar conhecer objetivamente o mundo seria limitar a criatividade.” (p.110). Vale salientar que nesse aspecto a autora mobiliza o conceito lukacsiano de reflexo da realidade para informar que o próprio psiquismo humano não é senão reflexo da realidade, isto é, só pode ser compreendido a partir de sua gênese histórica no processo de trabalho. Assim, não fazemos mais do que refletir a realidade em nossa consciência, estando esta vinculada à concreticidade histórica. Sem essa capacidade para refletir corretamente a realidade na consciência nossa possibilidade de existência cotidiana estaria comprometida, pois não seríamos capazes de produzir as ferramentas mais banais e imediatamente necessárias para nossa vivência ao longo da história: flecha, machado, canoa, garfo, lápis. Portanto, completa a autora, para criar, os seres humanos precisam refletir subjetivamente a realidade, caso contrário jamais serão seres criadores. (p.111) A realidade, ao contrário do que preconizam os ideários educacionais pós-modernos, não é empecilho, mas condição para a criação.

A concepção – falsa – de que a realidade é obstáculo à criatividade é especialmente evocada quando o assunto é a arte. Aqui, com maior ênfase, a realidade, bem como a ideia da reprodução da realidade, é frequentemente posta em cheque pelas pedagogias pós-modernas e pelo senso comum. Há que se ressaltar, em primeiro lugar, que quando Lukács se refere à obra de arte como reprodutora da realidade objetiva, ele não está se referindo a uma reprodução mecânica da realidade, a uma reprodução que

desconsidera ou mesmo exclua a atividade criativa do artista. Refere-se, antes, a um reflexo *mimético* da realidade, isto é, um reflexo de figuração artística que se distancia do real, da imediatez da realidade dada. Não por outro motivo, desde suas origens, o antinaturalismo é, de acordo com o filósofo húngaro, o aspecto mais marcante da obra de arte, sem que isso signifique excluir ou hostilizar o mundo exterior, contrapor consciência e autoconsciência, objetividade e subjetividade. Antes, a particularidade estética implica uma relação mais complexa com a riqueza social e humana, traduz experiências em autoconsciência do gênero humano, o que significa, em última instância, que a arte invoca a memória da humanidade.

Assim como a ciência, a arte é uma maneira de superação do cotidiano imediato. Nas palavras de Vigotski, que a autora reproduz, “a verdadeira natureza da arte implica algo que transforma, que supera o sentimento comum, e aquele mesmo medo, aquela mesma dor, aquela mesma inquietação, quando suscitadas pela arte, implicam o algo a mais acima daquilo que nelas está contido.” (Vigotski, apud Saccomani, p.125). Nessa esteira, completa a autora, “a arte é a intensificação do humano.” (p.127).

A defesa intransigente da ciência e da arte para o processo de educação têm lugar privilegiado na análise de Saccomani justamente porque são elas que nos ajudam a enxergar para além do já dado. E somente superando o imediatamente dado podemos nos tornar criativos, ao invés de meros copiadores. É no capítulo três que a autora vai ampliar a discussão a respeito da criatividade, a partir das contribuições de Alexei N. Leontiev e Dermeval Saviani. Objetivamente, a autora trabalha e articula aqui conceitos que vão aprofundar a possibilidade de apreensão dos argumentos e processos anteriormente apresentados. Estão em operação nesse capítulo a demonstração da unidade existente entre automatismo e criatividade de Saviani, e formação das operações conscientes de Leontiev; enfeixa essa discussão os significados de imediatez e inconsciente de Lukács. Esse vigoroso e denso capítulo coroa toda sua argumentação anterior, bem como sua contraposição a noção de espontaneísmo, de automatismo e de inconsciente presentes de forma naturalizada nas pedagogias do “aprender a aprender” e em todo o ideário pós-moderno, em suas diversas vertentes. Tais conceitos são vistos e revistos pela autora a partir da perspectiva histórico crítica, e desse modo ganham um estatuto de essencialidade no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento da criatividade. Nesse aspecto, frisa a autora que sozinha a aprendizagem não leva ao desenvolvimento, e vaticina: “A intervenção do adulto é o motor desse desenvolvimento.” (p.174). Mas também não se

trata de qualquer desenvolvimento, pois que “a função do trabalho educativo é produzir a humanidade em cada ser humano. [...] a educação escolar deve ampliar horizontes e não manter os sujeitos refêns daquilo que já conhecem, reiterando o cotidiano alienado.” (p.176). Portanto, como já ressaltado em outro momento desta resenha, podemos acompanhar no livro da professora Maria Cláudia uma defesa bem fundamentada – sob esse aspecto radical – sobre o papel efetivo da escola e do professor no processo ensino e aprendizado, defesa essa que tem um propósito também claro de emancipação, ou seja, de foco em um desenvolvimento que promova as forças e capacidades humanas. Falando mais claramente, a autora mostra que a criatividade é uma experiência a ser ensinada e aprendida na escola, “quando o sujeito é levado a se apropriar da experiência humana acumulada.” (p.188). Sem essa ação crítico-interativa entre professor e aluno, a partir das objetivações historicamente postas, a criatividade não acontece.

Essa é “a escola que queremos”, uma escola que promova e estimule a criatividade e a liberdade para pensar para além do já posto e que nos permita, enfim, dar o salto em direção a uma subjetividade mais livre e universal, condição necessária para a construção de um projeto de sociedade para além do capital. Enfim, trata-se de uma publicação da maior importância para todas as pessoas que trabalham na área do ensino e também para aquelas interessadas no processo de constituição das subjetividades humanas comprometidas com a luta de uma nova ordem social.

O livro conta ainda com um Posfácio do Professor Newton Duarte, intitulado O conceito dialético de reprodução e a pedagogia histórico-crítica.

RECEBIDO EM 08-08-2015

APROVADO EM 23-03-2016